



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Conflito de Atribuições – CA nº 1.00428/2021-76

Requerente: Procuradoria da República – Maranhão
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Interessados: Anne Caroline Aguiar Andrade Neitzke
Tharles Cunha Rodrigues Alves
Relatora: **Fernanda Marinela** de Sousa Santos

EMENTA

CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. APURAÇÃO DE SUPOSTO SAQUE INDEVIDO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. DEMANDA RELATIVA A DIREITOS INDIVIDUAIS DE PARTICULARES. AUSÊNCIA DE INTERESSE DA UNIÃO. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

1. Trata-se de Conflito Negativo de Atribuições entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Maranhão, cujo objeto é a apuração de suposto saque indevido de benefício assistencial.
2. O Ministério Público Federal entendeu não se tratar do cometimento de crime de estelionato previdenciário ou de qualquer outro crime praticado contra o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, portanto, ausente o interesse jurídico da União que justifique a competência da Justiça Federal, manifestou-se pelo declínio de atribuição em favor do Ministério Público Estadual.
3. Por seu turno, o Ministério Público Estadual que,

inicialmente, promoveu o conflito de atribuição, apresentou entendimento em consonância com o MPF no sentido de estarem ausentes os elementos que atraem a competência da Justiça Federal nos termos do art. 109 da Constituição Federal e pugnou pelo reconhecimento da atribuição do Ministério Público Estadual para dirimir a lide.

4. *“A competência da Justiça Federal, prevista no art. 109, I, da Constituição Federal, é fixada, em regra, em razão da pessoa (competência racione personae), levando-se em conta não a natureza da lide, mas sim a identidade das partes na relação processual”* (CC 105.196-RJ, Relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, DJe 22.02.2010).

5. Em se tratando, na presente hipótese, de demanda relativa a direitos individuais de particulares, e tendo o próprio MPE reconhecido sua atribuição, inequívoco ser este o órgão ministerial competente para officiar no feito.

6. Conflito conhecido e julgado **PROCEDENTE a fim de fixar a atribuição do Ministério Público do Estado do Maranhão** para adotar as providências que entender cabíveis em relação aos fatos narrados na notícia de fato - SIMP nº 001007-2542019, sem embargo de, posteriormente, como apontado pelo próprio MPF, poder o Ministério Público Federal instaurar um novo procedimento para investigar os fatos, caso se encontre indícios de cometimento de crime contra a autarquia previdenciária (INSS).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, _____, em conhecer do Conflito e, no mérito, **julgá-lo PROCEDENTE a fim de fixar a atribuição do Ministério Público do Estado do Maranhão** para adotar as providências que entender cabíveis em relação aos fatos narrados na notícia de fato - SIMP nº 001007-2542019.

Brasília, 29 de junho de 2021.

Conselheira **FERNANDA MARINELA DE SOUSA SANTOS**
Relatora

RELATÓRIO

Conselheira **FERNANDA MARINELA DE SOUSA SANTOS**:

Trata-se de Conflito Negativo de Atribuições entre o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado do Maranhão na apuração de suposto saque indevido de benefício assistencial. Verifica-se da cópia integral da NF nº 1.19.002.000010/2020-50 que o procedimento foi instaurado originariamente a partir de declaração prestada à 3ª Promotoria de Justiça de Caxias/MA.

Referida declaração foi feita pelo Sr. Genival de Jesus que relatou suposta apropriação indébita de documentos, certidão de óbito, cartões, aposentadoria e benefício previdenciário/assistencial das pessoas com deficiência Maria das Graças Conceição Silva e Sueli da Conceição Silva – esposa falecida e filha, respectivamente, de Genival – por parte do advogado Sebastião Jorge Guilhon Rosa, OAB/MA n. 10936, sob a alegação de conseguir pensão por morte e outros benefícios para Sueli e Genilson da Conceição Silva, ambos deficientes e filhos do então viúvo declarante.

Após a realização de diligências, o Promotor de Justiça Tharles Cunha Rodrigues Alves encaminhou cópia da referida NF ao MPF para “fins de verificar alguma conduta criminosa”.

A Notícia de Fato nº 1.19.002.000010/2020-50 foi autuada para “*apurar os fatos narrados na notícia de fato - SIMP nº 001007-2542019, noticiando situação de vulnerabilidade do idoso Sr. Genival de Jesus, juntamente com seus dois filhos deficientes Sueli da Conceição Silva e Genilson da Conceição Silva, bem como saque indevido do benefício assistencial de sua filha e apropriação indébita de documentos pessoais, cartões de benefício assistencial de sua esposa falecida Sra. Maria das Graças Conceição e Silva e da sua filha deficiente Sueli da Conceição Silva, por parte do advogado Sebastião Jorge Guilhon Rosa, OAB-MA 10936, desde o ano de 2016*”.

No âmbito do MPF, conduziu-se o expediente inclusive com expedição de Ofícios ao INSS e ao advogado solicitando maiores informações. Nada obstante, a Procuradora da República Anne Caroline Aguiar Andrade Neitzke suscitou o conflito de

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

atribuições por entender presentes indícios dos crimes de apropriação indébita e de estelionato, ambos praticados contra particular, e, portanto, de competência da Justiça Estadual.

Ressaltou-se que “o objeto do procedimento não é apurar possível cometimento de crime de estelionato previdenciário ou qualquer outro crime praticado contra o INSS”, de forma que estariam ausentes elementos que atraíssem a competência da Justiça Federal nos termos do art. 109 da CF.

Oficiados o Ministério Público do Estado do Maranhão e o Promotor de Justiça Tharles Cunha Rodrigues Alves, apresentaram tempestivamente os esclarecimentos pertinentes.

É o relatório.

VOTO

Conselheira **FERNANDA MARINELA DE SOUSA SANTOS**:

Ab initio, cabe observar a decisão do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Virtual do Plenário, no bojo da ACO nº 843/SP na qual se concluiu, por maioria, que:

[...] 4. EC 45/2004 e interpretação sistemática da Constituição Federal. A solução de conflitos de atribuições entre ramos diversos dos Ministérios Públicos pelo CNMP, nos termos do artigo 130-A, § 2º, e incisos I e II, da Constituição Federal e no exercício do controle da atuação administrativa do Parquet, é a mais adequada, pois reforça o mandamento constitucional que lhe atribuiu o controle da legalidade das ações administrativas dos membros e órgãos dos diversos ramos ministeriais, sem ingressar ou ferir a independência funcional. (ACO nº 843/SP, Redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes, julgamento em 08/06/2020, publicação em 04/11/2020).

Assim, como se verifica, o Supremo Tribunal Federal entendeu ser este CNMP competente para dirimir conflitos negativos de atribuições entre diferentes ramos do Ministério Público Brasileiro, como é o caso dos autos.

A controvérsia orbita em torno da atribuição para proceder à investigação de suposta apropriação indébita/estelionato praticado contra particulares, parentes do idoso Genival de Jesus.

Registro de antemão que se manifestou nos presentes autos acerca da questão, não o Promotor de Justiça Tharles Cunha Rodrigues Alves, que promoveu o conflito negativo de atribuição, mas sim a Promotora de Justiça Cristiane Carvalho de Melo Monteiro, tendo em vista a redefinição das atribuições dos órgãos de execução, a partir de 16 de abril de 2020, pela Resolução nº 92/2020 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão. Assim, a 5ª Promotoria de Justiça passou a tratar da defesa da pessoa com deficiência e a 8ª Promotoria de Justiça passou a tratar da defesa da pessoa idosa.

O promotor de justiça Tharles Cunha Rodrigues Alves entendeu que por se

tratar de possível fraude de apropriação indébita de benefício assistencial da pessoa com deficiência Sueli da Conceição Silva por parte do advogado Sebastião Jorge Guilhon, dever-se-ia encaminhar o procedimento ao MPF, em razão de ser o INSS uma autarquia de âmbito federal e concessora do benefício de prestação continuada da pessoa com deficiência.

Por seu turno, o Ministério Público Federal entendendo não se tratar do cometimento de crime de estelionato previdenciário ou de qualquer outro crime praticado contra o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, defende a ausência de interesse jurídico da União que justifique a competência da Justiça Federal, manifestou-se pelo declínio de atribuição em favor do Ministério Público Estadual.

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão entendeu configurado o conflito de atribuições entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual, e o colegiado deliberou pela homologação do declínio e remessa do procedimento para ser dirimido pelo Procurador-Geral da República, autoridade competente à época.

No mesmo sentido do MPF, posicionou-se a Promotora de Justiça Cristiane Carvalho de Melo Monteiro, titular da 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caxias, ao afirmar que *“os direitos supostamente lesados na Notícia de Fato inicialmente instaurada perante a 3PJCaxias correspondem a direitos individuais de particulares, ou seja, das pessoas deficientes que vêm a ser parentes do idoso reclamante e que viram-se privadas da percepção do benefício a que faziam jus, figurando referidas pessoas com deficiência, pois, como vítimas do suposto crime perpetrado pelo advogado SEBASTIÃO”*.

Entendeu, portanto, ausentes os elementos que atraem a competência da Justiça Federal nos termos do art. 109 da Constituição Federal e pugna pelo reconhecimento da atribuição do Ministério Público Estadual para dirimir o feito, devendo os autos respectivos ser encaminhados à Direção das Promotorias de Justiça de Caxias para fins de distribuição para o órgão de execução pertinente.

Compulsados os autos, verifico que o Sr. Genival de Jesus relatou suposta apropriação indébita de documentos, certidão de óbito, cartões, aposentadoria e benefício previdenciário/assistencial das pessoas com deficiência Maria das Graças Conceição Silva e Sueli da Conceição Silva – respectivamente, sua esposa falecida e filha – por parte do advogado Sebastião Jorge Guilhon Rosa.

Também declarou, perante o Ministério Público do Estado do Maranhão, que o dinheiro do benefício de sua filha Sueli continuava sendo sacado, mesmo após a morte de sua esposa, que era procuradora dela, pois no INSS não constava o registro de seu falecimento, por esse motivo buscou o Ministério Público Estadual para solicitar as

providências cabíveis.

Nesse sentido, e considerando-se também os relatos da demanda pelos próprios Ministérios Públicos Federal e Estadual, infere-se que a questão envolve o recebimento indevido de valores correspondentes ao benefício da filha do Sr. Genival de Jesus, em tese, pelo advogado Sebastião Jorge Guilhon Rosa ou um terceiro, utilizando-se de documentação retida de forma ilegítima.

Dessa forma, a princípio, não identifico a ocorrência de prejuízo para o patrimônio da Previdência Social, mas sim para o patrimônio do particular que está sendo impedido de usufruir de valores que lhe pertencem, os quais podem ter sido sacados por terceiro não autorizado.

Assim, o objeto ora debatido diz respeito, de fato, a direitos individuais de particulares e não ao cometimento de qualquer crime contra o INSS, cujo objeto jurídico atingido seria o patrimônio da autarquia federal, configurando o estelionato previdenciário previsto no art. 171, §3º, do Código Penal.

Ademais, saliento que, de acordo com os autos, a questão previdenciária, a qual concerne à concessão de pensão por morte da Sra. Maria das Graças Conceição Silva, encontra-se judicializada (ação n. 0002289-91.2017.4.01.3702), e com sentença extinguindo o processo sem julgamento de mérito.

Dessa forma, não sendo a matéria de interesse da União, já que não envolve diretamente o INSS, a competência é da justiça estadual e não da justiça federal.

Realço entendimento jurisprudencial acerca do tema.

Consoante o STJ “a competência da Justiça Federal, prevista no art. 109, I, da Constituição Federal, é fixada, em regra, em razão da pessoa (competência *ratione personae*), levando-se em conta não a natureza da lide, mas sim a identidade das partes na relação processual” (CC 105.196-RJ, Relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, DJe 22.02.2010).

Na mesma linha de raciocínio é a decisão da Suprema Corte, inclusive em matéria penal, é o que se extrai do **HC 71.247**:

“Os delitos cometidos contra o patrimônio da Caixa Econômica Federal – que é empresa pública da União – submetem-se à competência penal da Justiça Federal comum ou ordinária. Trata-se de competência estabelecida *ratione personae* pela Constituição da República. O Poder Judiciário do Estado-membro, em consequência,

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

é absolutamente incompetente para processar e julgar crime de roubo praticado contra a Caixa Econômica Federal.”

[HC 71.247, rel. min. Celso de Mello, j. 29-11-1994, 1ª T, DJE de 23-5-2008.]

No presente caso, a controvérsia envolve interesse particular, sendo, portanto, o Ministério Público Estadual o órgão ministerial competente para officiar no feito. Outrossim, ressalte-se que o próprio Ministério Público Estadual, ora requerido, reconheceu sua atribuição.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, **conheço do presente Conflito de Atribuições para, no mérito, julgá-lo PROCEDENTE a fim de fixar a atribuição do Ministério Público do Estado do Maranhão** para adotar as providências que entender cabíveis em relação aos fatos narrados na notícia de fato - SIMP nº 001007-2542019, sem embargo de, posteriormente, como apontado pelo próprio MPF, poder o Ministério Público Federal instaurar um novo procedimento para investigar os fatos, caso se encontre indícios de cometimento de crime contra a autarquia previdenciária (INSS).

É como voto.

Brasília, 29 de julho de 2021.

FERNANDA MARINELA DE SOUSA SANTOS
Conselheira Relatora